

ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO PARANÁ COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO

Marina Daros Massarollo¹
Fernanda Mendes Bezerra Baço²

Área de conhecimento: Economia Doméstica
Eixo Temático: Políticas Públicas

RESUMO

O presente trabalho constitui-se no levantamento de dados e traz uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos entre os anos de 2008 e 2012, principalmente no Paraná. A evolução do PAA tem gerado cada vez mais conforto para as famílias de agricultores, através de integração com a sociedade, melhoria na renda, segurança alimentar e desenvolvimento regional. A pesquisa é de abordagem qualitativa, com procedimentos de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Paraná. Programa de aquisição de alimentos.

INTRODUÇÃO

A elaboração das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar surgiu na década de 1990, acompanhada da moeda Real, para fortalecer a economia nacional, além de reconhecer a importância da agricultura familiar para a sociedade brasileira. Neste mesmo período, iniciou-se o debate a respeito de segurança alimentar e nutricional, direcionando o foco da agricultura familiar para as ações de produção, estabilização de preços, assistência técnica e inovação tecnológica e científica (MULLER, 2007).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem a perspectiva de conectar a demanda por alimentos, impulsionada por programas públicos, com a produção proveniente da agricultura familiar e assentamentos do programa da reforma agrária, carentes de mercados (VOGET; SOUZA, 2007), foi criado em 02 de julho de 2003, pela Lei nº10.696 em seu artigo 19, como uma ação estruturante do Programa Fome Zero, a partir de uma articulação do Conselho Nacional de

¹ Engenheira de Alimentos, Mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional, Unioeste, Francisco Beltrão. marinamassarollo@yahoo.com.br

² Economista, Professora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento, Unioeste, Francisco Beltrão. ferpompeia@gmail.com



Segurança Alimentar e Nutricional com o Governo Federal (BRASIL, 2010). Os objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar estabelecendo preço mínimo com garantia de compra, articulando a produção com instituições ou para formar estoques, desde que atendam os princípios da segurança alimentar (MULLER, 2007).

A criação do PAA resultou de dois debates importantes: o primeiro relacionado ao combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira e o segundo relacionado ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais (GRISA *et al*, 2011).

O setor agrícola que até então não havia sido considerado objeto de políticas públicas pelo Estado, começou a receber maior atenção com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano de 1996 (GRISA *et al*, 2011).

O Programa de Aquisição de Alimentos é desenvolvido com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um grupo gestor coordenado pelo MDS e outros ministérios: Fazenda; Planejamento, Orçamento e Gestão; Agricultura, Pecuária e Abastecimento (representado pela CONAB); Desenvolvimento Agrário e Educação (representado pelo FND) (BRASIL, 2010).

São competências do grupo gestor, definir a sistemática, as regiões prioritárias e condições de doação e venda dos produtos; solicitar relatórios aos órgãos conveniados, identificar fontes complementares de recursos e apoiar ações estruturais relacionadas com a aquisição da safra, buscando fortalecer a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária (MEDEIROS, 2008).

Entre os anos de 2003 e 2010, R\$3,09 bilhões, que representa 88% dos recursos alocados na execução do programa foram através do MDS, enquanto que R\$424 milhões (12%) foram alocados através do MDA (BRASIL, 2010).

O Paraná é o maior produtor nacional de grão, apresentando uma pauta agrícola diversificada. A utilização de técnicas agronômicas avançadas coloca o Estado em destaque em termos de produtividade. O milho, o trigo, o feijão, a cana-



de-açúcar e a soja se sobressaem na estrutura produtiva da agricultura local, observando-se, em paralelo, um forte avanço de outras atividades, como a produção de frutas (IPARDES, 2013).

De acordo com o censo agropecuário de ano de 2006, dos 371.051 estabelecimentos existentes no Paraná, 302.907 (mais de 80%) enquadram-se na categoria agricultura familiar e ocupam 27,8% da área total dos estabelecimentos. As propriedades familiares possuem produção agrícola muito diversificada, podendo ser destacadas como atividades principais a produção de milho, mandioca, leite, soja e paralelamente a estes produtos tem os queijos, embutidos, doces, compotas, produtos de panificação e horticultura, evidenciando a importância do produtor no beneficiamento dos produtos da propriedade (IBGE, 2006).

Tem-se como objetivo geral, analisar a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná nos últimos 5 anos. A metodologia utilizada neste artigo foi pesquisa qualitativa, envolvendo levantamento bibliográfico, através de leituras de textos, artigos, projetos e relatórios de dados da CONAB.

Além dessa introdução, esse artigo conta com mais três seções. Na seção seguinte são apresentadas em linhas gerais o Programa de Aquisição de alimentos. Na seção 3 são discutidos os resultados do programa focando o Paraná. E por fim são tecidas algumas considerações finais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 O Programa de Aquisição de Alimentos

1.1.1 Políticas públicas e agricultura familiar

A categoria de agricultores familiares começou a ser beneficiada pelo governo federal no ano de 1995. Esta caracterização foi resultado do censo agropecuário de 1989, revisada com os dados do censo agropecuário de 1995/1996. A partir de então, essa categoria tem sido identidade política de luta de movimentos sociais que anteriormente usavam o termo trabalhador rural nas reivindicações (BITTENCOURT, 2003).

A agricultura familiar possui uma denominação ampla e algumas vezes é usada de forma genérica, ocultando a grande diversidade social nela embutida, o



que reflete a ausência de uma teoria geral para agricultura familiar (PEREIRA; BAZOTTI, 2010).

Há uma definição ou caracterização para os agricultores familiares diferenciando-os dos camponeses e chamando atenção para a maneira de que suas características, modo de existência e forma de reprodução são diferentes, e suas características socioculturais e a racionalidade econômica são distintas (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Embora conservem semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominantemente do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentados em relações de parentesco, entre outras, o principal aspecto que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

No Brasil, o interesse pela análise das implicações das políticas públicas tem sido contemplado com maior frequência nas áreas da alimentação, educação, saúde, assistência social, previdência social, habitação, saneamento e combate à pobreza, ou seja, as chamadas políticas *welfare state* ou política social (MEDEIROS, 2001).

A literatura, que aborda as políticas públicas voltadas para a agricultura no Brasil, aponta os anos 1960 e 1970 como emblemáticos. Nesse período aconteceram mudanças importantes na agricultura brasileira. A agricultura respondeu às demandas da economia, impulsionada por uma política de créditos facilitados e pelo desenvolvimento urbano-industrial, além de ter sua base produtiva alterada. O forte crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença de assistência técnica e o êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também (MULLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007).

As políticas agrícolas e de desenvolvimento rural do Brasil são classificadas em três gerações, partindo da década de 90. De 1993 a 1998, surge um modelo produtivista e perverso, em que o tema reforma agrária retorna à pauta de



discussões e através da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ocorre a materialização da agricultura familiar. De 1998 a 2004/2005, ocorre o estabelecimento de políticas compensatórias como o Bolsa-família, Programa Fome Zero, Programa de Aquisição de Alimentos, incluindo um contingente expressivo da população rural. Outro momento é de 2004/2005 até o presente, voltado para a problemática da segurança alimentar, incluindo novas relações entre agricultores e consumidores, e a sustentabilidade ambiental ,envolvendo práticas agroecológicas e recursos energéticos alternativos (SCHNEIDER, 2009)

O universo da agricultura familiar exhibe grande capacidade produtiva, contribuindo efetivamente para o abastecimento do país, mesmo com o limitado acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. Por outro lado, é também neste setor que encontram-se a metade dos brasileiros em situação de risco, vivendo abaixo da linha de pobreza. Nesse sentido, o apoio produtivo à agricultura familiar é visto como um mecanismo de autopromoção da segurança alimentar. Em termos práticos isso significa que a distribuição de cestas básicas para o meio rural deveria ser substituída por incentivos técnicos, financeiros e organizacionais para fortalecer a produção dos agricultores familiares, que assim realizariam com dupla eficiência a função de promoção da segurança alimentar (INCRA/FAO, 1996).

1.1.2 Contribuições do programa de aquisição de alimentos à segurança alimentar e nutricional

Ações governamentais na área de alimentação e nutrição remontam ao início do século XIX, porém, iniciativas de construção de uma política de âmbito nacional, integrada por diferentes instituições e ministérios, são posteriores, a exemplo do primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição de 1952. A intersetorialidade já se colocava como questão estratégica uma vez que a política envolvia ações referentes à produção, comercialização, abastecimento, acesso e consumo dos alimentos. No entanto, sua operacionalização sempre se mostrou complexa, pois os ministérios potencializavam a utilização setorial dos recursos (VALENTE, 1996).

A implantação e o fortalecimento de políticas de segurança alimentar, educação, assistência social e agrícola têm contribuído para a estruturação de



sistemas descentralizados de segurança alimentar e nutricional. A configuração desses sistemas envolve mecanismos e instrumentos de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, que permitem a reestruturação, integração e articulação de circuitos agroalimentares locais e regionais, atuando nas dimensões da segurança alimentar e nutricional que abrangem da produção ao consumo de alimentos (BRASIL, 2010).

A expressão Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi elaborada primeiramente em encontro do Fórum Brasileiro de SAN no ano de 2003 e aprovada na II Conferência Nacional de SAN em 2004. Ela recolhe contribuições aportadas por movimentos sociais e governos ao longo do desenvolvimento da noção no Brasil. A SAN converte-se em objetivo público, estratégico e permanente, características que a colocam entre as categorias para formular opções de desenvolvimento de um país (MULLER, 2007).

No Brasil, nas décadas de 80 e 90, muitos autores introduziram a temática da oferta de alimentos e o problema da fome, além de discutirem tais questões analisando o comportamento da oferta agrícola diante de diferentes cenários macroeconômicos. Uma visão geral que apresenta a necessidade de uma política de apoio à agricultura familiar, conclui que além das políticas diretamente voltadas para os problemas específicos da produção e da comercialização, são também relevantes para a segurança alimentar da população as ações que objetivem integrar mais agricultores ao sistema produtivo, principalmente aqueles que foram e estão sendo excluídos pelo processo de modernização agrícola (CARVALHO FILHO, 1995).

A agricultura familiar possui duas peculiaridades. Por um lado, possibilita a ocupação socialmente equitativa do espaço agrário e favorece a valorização das dimensões social, ambiental e cultural da produção agroalimentar, como é próprio da abordagem da segurança alimentar nutricional. As atividades agroalimentares de pequena escala são grandes geradoras de ocupação e renda e ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados, tornando-as estratégias de desenvolvimento com equidade social e segurança alimentar nutricional. Por outro lado, as famílias rurais reúnem, na maioria das vezes, a condição de agricultores ofertantes de alimentos com a de pobres com acesso insuficiente aos alimentos (MALUF, 2007).

O PAA incentiva a diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada. Com a implementação do programa



em diferentes ambientes rurais, muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar os produtos locais que até então não possuíam valor comercial (GRISA *et al*, 2011).

Os alimentos adquiridos dos agricultores familiares, populações tradicionais e assentados da reforma agrária são direcionados prioritariamente para abastecer dois conjuntos de iniciativas: a Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição composta por restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos que integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), operados em sua maioria pelas municipalidades e a Rede Socioassistencial ligada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2010).

Além da diversificação, o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, pela valorização da biodiversidade, pelo aproveitamento dos recursos locais, pela utilização de sementes crioulas e pelo respeito à diversidade cultural e aos saberes locais. O programa paga um valor 30% superior para os produtos cultivados em sistemas produtivos ecologicamente manejados (GRISA *et al*, 2011).

Ao promover uma produção diversificada, o PAA tem contribuído para o aumento, diversificação e melhoria da qualidade da alimentação das famílias produtoras. Produtos antes pouco valorizados ou desconhecidos passam a fazer parte do cardápio diário destas famílias (GRISA *et al*, 2011).

1.1.3 Modalidades do programa de aquisição de alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos é um único programa que se desdobra em diferentes modalidades executadas por vários agentes operadores. Isso lhe confere a capacidade de alcançar seus objetivos de atender a agricultura familiar e populações tradicionais com menor grau de inserção no mercado e promover a segurança alimentar e nutricional da população mais pobre de forma ajustada à realidade local (BRASIL, 2010).

O programa direciona as compras institucionais de alimentos, realizadas com recursos públicos aos produtos da agricultura familiar. De acordo com a Tabela 1, são 5 modalidades pelas quais pode ser feita a aquisição dos produtos.



Tabela 1. Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos

Sigla	Título	Ementa
CDLAF	Compra Direta Local da Agricultura Familiar	Promove a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional no desenvolvimento da economia local, fortalecimento da agricultura familiar e geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações). É operada pela CONAB.
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar-Doação Simultânea	Visa adquirir alimentos de agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações), com vistas à doação para instituições governamentais ou não governamentais, que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. É operada pela CONAB.
CPR - Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo de Leite	Propiciar o consumo do leite às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar. É operada pelos Governos Estaduais.

Fonte: BRASIL, 2007.

O PAA, com suas diferentes modalidades e executores, é um instrumento que contribui para a regulação de mercados locais e regionais e para afirmar o alimento enquanto direito humano, e não como mercadoria, propiciando o fortalecimento da estrutura institucional pública existente (BRASIL, 2010).

2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As operações do Programa de Aquisição de Alimentos entre os anos de 2008 e 2012 envolveram recursos na ordem de R\$2.151.737.738,24, sendo que destes, 96,45% foram aplicados em aquisições, INSS e embalagens e 3,55% em despesas operacionais como impostos, locomoção e materiais de consumo.

Neste mesmo período, o valor investido na aquisição de produtos chegou a R\$2.053.653.611,40 permitindo a negociação de mais de 1 milhão de alimentos produzidas por 518.776 mil famílias de agricultores envolvidas com o PAA.



A Tabela 2 apresenta a evolução da distribuição total dos recursos por região (valores em porcentagem, relacionados ao valor total).

Tabela 2. Distribuição dos recursos do PAA entre 2008 e 2012 por região, em porcentagem

	2008	2009	2010	2011	2012
SUL	33	42	34	28	39
SUDESTE	27	22	21	25	22
NORTE	6	4	7	7	6
NORDESTE	30	28	32	33	26
CENTRO-OESTE	4	4	6	7	7

Fonte: CONAB, 2012. Elaborada pelas autoras.

No Paraná, no período entre 2008 e 2012, os recursos distribuídos do PAA ficaram em R\$147.454.805,17, representando neste período 6,85% do total de recursos nacional.

A demanda pelo PAA varia em cada região de acordo com as características próprias, organização social e acesso à informação. Verifica-se que a região Sul é a que teve participação mais expressiva no programa. As regiões Norte e Centro-Oeste não possuem participação significativa no volume total de recursos aplicados. No Centro-Oeste isso ocorre devido ao histórico da agricultura voltada para *commodities*. Já na região Norte, tanto as atividades agrícolas quanto às agropecuárias não são significativas.

No Paraná, dentre as modalidades do PAA, o instrumento CPR Doação demonstrou o melhor desempenho entre 2008 e 2012. Este sucesso foi possibilitado pela comercialização de produtos mais característicos da agricultura familiar, tais como frutas, verduras, hortaliças, biscoitos, massas caseiras e doces.

A modalidade CDAF teve neste mesmo período um desempenho variável, sendo que nos anos de 2008, 2010 e 2011 o desempenho nesta categoria não foi expressivo, devido à restrição de produtos e por depender de preços de mercado, enquanto que em 2009 e 2012 os resultados foram significativos nesta categoria pela grande demanda, causada pela alta safra e baixos preços de determinados produtos da composição das cestas, como o feijão.

Em relação ao CPR Estoque, como necessita de uma melhor organização e estruturação, os resultados acabaram sendo melhores na região Sul nestes 5 anos, onde as cooperativas e associações apresentam experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.



A quantidade de produtos em tonelada (t) adquirida nas operações do PAA entre 2008 e 2012, adquiridos pelo MDS nas modalidades CDAF, CPR Doação e CPR Estoque e pelo MDA nas modalidades CDAF e CPR Estoque, foi de 1.331.288, sendo que na Região Sul foi adquirido 507.711 toneladas, ou seja, 38,13% do total nacional, e deste valor, o Paraná adquiriu 165.186 toneladas, o que corresponde a 12,41% do total nacional.

A evolução das aquisições de produtos orgânicos no período de 2009 a 2012 foi expressiva no Paraná. Neste período foram adquiridos 3.095.74 Kg de alimentos orgânicos, sendo que nesse último ano, o estado adquiriu mais de 1 milhão de quilogramas, perdendo apenas para Santa Catarina (SUPAF, 2012).

Nos cinco anos de operação do PAA pela Conab, muitas famílias foram beneficiadas com a venda de seus produtos ao governo federal, melhorando as condições de vida e garantindo renda, conforme observamos nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3. Número de famílias fornecedoras do PAA entre 2008 e 2012

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2008	5.130	27.135	25.161	30.054	3.154
2009	5.386	29.064	22.041	37.994	3.855
2010	7.270	32.146	20.889	28.468	5.625
2011	7.176	38.595	26.935	26.415	7.480
2012	8.089	37.194	32.001	41.962	9.558

Fonte: CONAB, 2012. Elaborada pelas autoras.

Tabela 4. Número de famílias fornecedoras do PAA entre 2008 e 2012 no Paraná

	Paraná
2008	6.508
2009	8.580
2010	8.438
2011	7.666
2012	12.162

Fonte: CONAB, 2012. Elaborada pelas autoras.

As regiões Sul e Nordeste, respectivamente, tiveram a maior participação de famílias fornecedoras de produtos para o PAA, no período verificado, correspondendo a 63,42% do total de famílias. O Paraná contou com 43.368 famílias fornecedoras, sendo estas, representadas em sua maioria, por agricultores familiares e assentados. Os pescadores artesanais, quilombolas, acampados, indígenas, atingidos por barragens e agro extrativistas tiveram baixa representatividade no número de famílias fornecedoras.



Observando a condição do produtor em relação às terras, nos 302.907 estabelecimentos da agricultura familiar no Paraná, 64,8% dos produtores são proprietários, 5,7% são arrendatários e 3,1% são assentados (IBGE, 2006).

Com relação à participação de consumidores no PAA, a região Sul em 2008 e 2009 teve um decréscimo em relação aos anos anteriores, explicado principalmente pelo baixo desempenho de Santa Catarina na modalidade CPR Doação, ocorrido principalmente pelo alto volume de chuvas que atingiu a região, reduzindo a oferta de alimentos. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 houve um aumento do número de entidades consumidoras participantes, refletido pela alta demanda pela modalidade CPR Doação.

Desde a implantação do PAA, inúmeros municípios foram beneficiados com melhoria da alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar e através de geração de renda para os produtores familiares. Este atendimento depende de identificação das famílias, de suas necessidades alimentares e instrumentos mais adequados para promover a segurança alimentar. Dos 5.564 municípios brasileiros, em 2010 foram atendidos 1.076 municípios (19%), em 2011 foram 1.259 (23%) e em 2012 foram 1.180 municípios (21%), sendo que neste último ano, 143 municípios participaram pela primeira vez do PAA. Graças à capilaridade da Conab, a forte divulgação do Programa Aquisição de Alimentos e a confiança depositada na Conab pelas associações e cooperativa ao longo dos anos, é que o PAA vem obtendo sucesso e se fortalecendo. No Paraná foram atendidos 105 municípios no ano de 2010, 72 municípios em 2011 e 83 municípios no ano de 2012. Devem ser desenvolvidos mecanismos de atendimento que incluam a população ainda não atendida, como grupos específicos e comunidades isoladas.

No ano de 2008, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania, visando promover desenvolvimento econômico e tornar alguns programas de cidadania universal, através do desenvolvimento territorial sustentável. A participação da Conab, através do PAA, vem sendo de grande importância para construir tal estratégia, sendo que de 2008 para 2012, houve um aumento de 383% nos recursos aplicados em Territórios de Cidadania por meio do PAA.

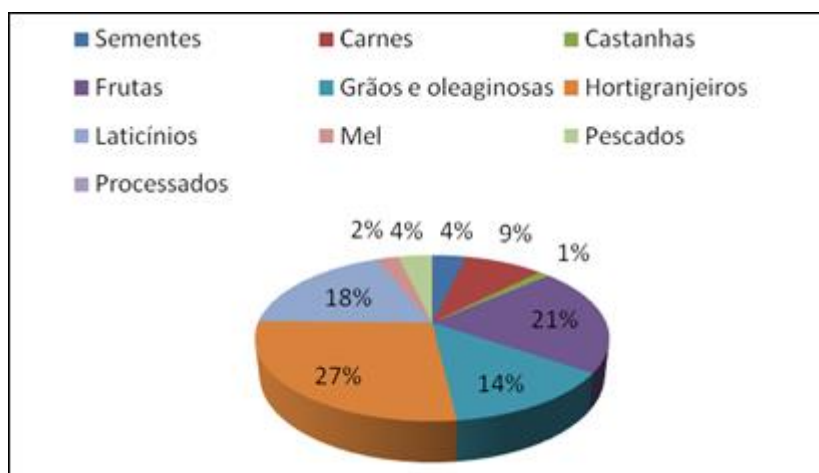
A aproximação do governo com as classes mais baixas fizeram com que nos últimos anos 28 milhões de brasileiros saíssem da pobreza absoluta e 36 milhões



entrassem na classe média. A criação do Brasil sem Miséria objetivou atingir as pessoas que ainda vivem na classe se pobreza, com renda mensal inferior a R\$70,00 e nesta linha o PAA ainda prioriza o atendimento de famílias agricultoras enquadradas no Pronaf nos grupos A, A/C e B.

Quando são observados os produtos típicos da agricultura familiar, confirma-se a sua importância na produção de alimentos básicos da dieta alimentar do brasileiro e a produção da agricultura familiar é voltada primordialmente para o abastecimento interno (PEREIRA; BAZOTTI, 2010). Os produtos adquiridos pelo PAA são diversificados, totalizando em média 300 produtos, sendo a maioria deles regionais, para valorizar e respeitar os hábitos alimentares locais das famílias beneficiárias e a capacidade agrícola regional dos produtores. Em 2012, os produtos produzidos e comercializados através do PAA distribuíram-se conforme mostra a Figura 1.

Figura 1. Categoria de produtos produzidos por agricultores familiares e comercializados através do PAA no ano de 2012



Fonte: BRASIL, 2007. Elaborado pela autora.

No Paraná, 75,5% do feijão-preto, 81% da mandioca, 43,7% do milho e 31,2% da soja provêm da agricultura familiar (PEREIRA; BAZOTTI, 2010).

Com o desenvolvimento do PAA ao longo dos anos, oportunizou-se a visibilidade e reconhecimento das famílias agricultoras, a partir de motivações do programa, como a questão financeira, política e social, nas relações entre as comunidades rurais e os agricultores e o prestígio pela sociedade como um todo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se neste trabalho a trajetória da política pública para agricultura familiar, sobretudo o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e seus resultados entre os anos de 2008 e 2012 no Paraná.

O governo federal, juntamente com as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, criou o PAA, para beneficiar produtores familiares, tornando-os mais competitivos.

A compra dos produtos da agricultura familiar possui um papel fundamental na geração da segurança alimentar, renda para as famílias e desenvolvimento regional, além de contribuir para a manutenção da biodiversidade, através do apoio às comunidades indígenas, extrativistas, assentados, que saíram da condição de recebedores de cestas básicas e passaram a ser fornecedores de alimentos para programas do Estado, integrando tais cidadãos na economia local e social.

Ao longo dos anos, o PAA vem evoluindo e envolvendo a participação de gestores, entidades e agricultores familiares. É identificada uma demanda de alimentos por parte das entidades e os gestores, juntamente com os agricultores atendem tais necessidades. Cabe a Conab estipular o preço de referência de cada produto e os agricultores avaliam com os gestores locais estes valores. A garantia do preço reflete positivamente na garantia de comercialização, geração de renda e inclusão da agricultura familiar no mercado institucional.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, dissertação de mestrado, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos, 2007**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em 06 Maio 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/saiba-mais/publicacoes/caderno-balanco-paa-2003-2010.pdf>>. Acesso em 21 abr 2013.



CARVALHO FILHO, José Juliano. **A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar**. Estudos avançados, vol.9, num.24. São Paulo, 1995.
CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Programa Aquisição de Alimentos. **Resultado das ações da Conab em 2012**. Disponível em <
<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>>. Acesso em 02 Maio 2013.

GRISA, Cátia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**. Agriculturas, v.8; n.3. Setembro, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 2006.
Disponível em
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/41/>. Acesso em 04 jun 2013.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em números. 2012**. Disponível em
http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em 04 jun 2013.

MALUF, Renato Sérgio. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do welfare state no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA. Texto para discussão, n.852), 2001.

MEDEIROS, Cesar. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília, 2008.

MULLER, Ana Luiza; FIALHO, Marco Antônio Verardi; SCHNEIDER, Sergio. **A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul**. Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural. Vol.1, Num.1. Brasília, 2007. Disponível em
<http://inagrodif.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/21/21>>. Acesso em 12 Maio 2013

MULLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos Agricultura familiar e teoria social**. UFRS. Porto Alegre, 2007.

PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles; BAZOTTI, Angelita. **Ruralidade, agricultura familiar e desenvolvimento**. Nota Técnica Ipardes. Curitiba, 2010.

SCHNEIDER, Sergio.; NIEDERLE, Paulo André: **A diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. In. FALEIRO, F. G.; FARIA NETO, A. L.



(Org.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Ed. Planaltina, DF. Embrapa Cerrado, 2008. p.989-1014.

SCHNEIDER, Sergio. **Evolution of rural development paradigm in Brazil**. Rural Sociology Group: The Netherlands, 2009. Disponível em <<http://ruralsociologywageningen.wordpress.com/2009/03/06/evolution-of-rural-development-paradigm-in-brazil>>. Acesso em 12 Maio 2013.

SUPAF, Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar; GECAF, Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar. **Evolução das aquisições de produtos orgânicos do PAA, de 2009 a 2012**. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_04_05_17_26_56_organicos_site_2009_2012.pdf>. Acesso em 06 jun 2013.

VALENTE, Flávio. **Inserção dos componentes de alimentação e nutrição nas políticas governamentais e na estratégia internacional de desenvolvimento**. Brasília: FAO, 1996.

VOGET, Silmara Patrícia Cassol; SOUZA, Renato Santos. **Políticas públicas e segurança alimentar: estudo de caso do programa de compra antecipada especial com doação simultânea (fome zero) no município de Tenente Portela – RS**. Pós-graduação em Extensão Rural, UFSM, 2007.

